

# REVISTA ENFRENTAMENTO

Ano 02, nº 03, Jul./Dez. de 2007

ISSN 1983-1684



## Revista Enfrentamento

### Índice

P  
Á  
G  
I  
N  
A

<b>03</b>	<b>Enfrentamento ou Barbárie</b>	<i>Revista Enfrentamento</i>
<b>04</b>	<b>Luta Cultural e Propaganda Revolucionária</b>	<i>Nildo Viana</i>
<b>11</b>	<b>Organização Política na Concepção dos Comunistas de Conselhos</b>	<i>José Carlos Mendonça &amp; Taiguara Belo de Oliveira</i>
<b>17</b>	<b>A Lógica dos Partidos Políticos</b>	<i>Lisandro Braga &amp; Juversino Júnior</i>
<b>20</b>	<b>A Revolução Russa</b>	<i>Maurice Briton</i>

### Expediente

A Revista Enfrentamento é uma publicação do Movimento Autogestionário. A revista não se responsabiliza pelo conteúdo dos artigos assinados, que são de inteira responsabilidade dos seus autores. Os interessados em enviar colaborações devem fazê-lo via e-mail e seguindo as normas de publicação da revista. O e-mail para envio é: [revistaenfrentamento@yahoo.com.br](mailto:revistaenfrentamento@yahoo.com.br) e as normas são: texto digitados em Word for Windows, com no máximo 10 páginas, espaço 1,5, margens padrão do Word, fonte Time New Roman, 12. A revista se reserva o direito de publicar os artigos de acordo com seus critérios políticos e de qualidade. Qualquer caso omissos será resolvido por seu conselho editorial.

Conselho Editorial:  
Lucas Maia dos Santos  
Nildo Viana  
Veralúcia Pinheiro

Revista Enfrentamento, ano 02, nº 03. jul./dez. de 2007.  
<http://revistaenfrentamento.ubbihp.com.br>  
[revistaenfrentamento@yahoo.com.br](mailto:revistaenfrentamento@yahoo.com.br)



# ENFRENTAMENTO OU BARBÁRIE!

*Revista Enfrentamento*

Chegamos novamente com mais um Enfrentamento!!!

Para todos aqueles que não se contentam com o estabelecido, que não se consternam diante da imensa tarefa a ser cumprida, que não se intimidam frente ao tamanho das instituições a serem destruídas, oferecemos este número da Enfrentamento. O capital conseguiu organizar todos os espaços da vida, do lazer ao trabalho, do sexo à comunicação, o espaço e o tempo, as relações familiares e a cultura. Tudo parece ser uma função direta da relação-capital.

Da organização do processo produtivo até o estabelecimento de uma instituição estatal que regulasse de maneira conveniente as relações de produção, foram quase dois séculos de intensa luta da classe capitalista contra os resquícios da nobreza feudal. A Europa foi seu palco principal, os séculos 17 e 18 o período desta construção. Entretanto, a tendência do capital é sempre reproduzir-se em escala ampliada, se não fizer assim tende a sucumbir ante a incansável concorrência. O Século 20 assistiu à generalização da relação-capital a todos os lugares do mundo. O século 21 assistirá o aniquilamento deste modo de produção.

Além de ter conseguido tornar-se um modo de produção que se desenvolve em todos os lugares do planeta terra, ele está presente nos corações das pessoas, formando valores e sociabilidades. Está também nas cabeças dos indivíduos através

de um sistema ideológico poderoso. Contudo, ele não é infalível.

As crises constantes que o capitalismo enfrenta ao longo de sua história o colocam sempre na iminência de uma rearticulação global das relações sociais. Entretanto, o capitalismo jamais acabará por si só, por que ele não é uma coisa, um algo além daquilo que os seres humanos produzem. Ele não funciona através de leis naturais, eternamente repetitivas e constantes.

A tempos e tempos ondas revolucionárias assolam a “tranqüilidade” das classes dominantes. Tais vagas desenvolvem-se num processo brumoso e apontam novos caminhos para a humanidade. Deste modo, é necessário que os explorados se auto-organizem e criem as condições necessárias à degeneração das relações sociais que destroem a vida de milhões de pessoas todos os dias.

Os trabalhadores não devem confiar naqueles que dizem representá-los: estado, partidos, sindicatos. Tais instituições são meramente uma forma de reproduzir a relação-capital. O leitor encontrará nas páginas que seguem uma severa crítica a todas elas. Mas encontrará também uma forma de iniciar a luta contra todas elas. Não se trata de uma fórmula a ser aplicada, mas de uma maneira de se desenvolver a luta, que já se desenrola subterraneamente por toda a sociedade.

# LUTA CULTURAL E PROPAGANDA REVOLUCIONÁRIA

*Nildo Viana*

A luta revolucionária se desenvolve na vida cotidiana e nos mais variados aspectos. Ela se desenvolve também no mundo da cultura. A luta cultural, em períodos não-revolucionários, acaba possuindo uma importância fundamental. E na luta cultural os mais variados meios e formas podem ser utilizados, dentre eles a propaganda generalizada. Iremos, no presente texto, discutir esta questão e abordar o papel estratégico que assume hoje a propaganda generalizada.

## **A Importância da Luta Cultural**

As revoluções sociais do século 19 e 20 levadas a cabo pelo proletariado foram revoluções inacabadas. Desde a Comuna de Paris, em 1871, até as experiências mais recentes, o que ocorreu foram tentativas, mais ou menos duradouras, mais ou menos eficazes, etc., que não se concretizaram. É interessante entender o motivo disto. Quando os comunardos realizaram a experiência autogestionária em 1871 eles forjaram, na própria luta, sua força e sua consciência. A idéia de comunismo ou de autogestão social não era forte ou hegemônica em Paris. Os grupos políticos de esquerda eram diminutos e fracos, inclusive teoricamente. O processo que desencadeou a luta heróica dos trabalhadores parisienses foi uma situação favorável, na qual o próprio Estado capitalista forneceu as armas para os operários. Nesta situação, os trabalhadores desenvolveram suas lutas e chegaram, sem grandes reflexões intelectuais, a uma primeira experiência autogestionária, inconclusa e incipiente, mas que abria novas perspectivas para se entender a dinâmica do movimento revolucionário do proletariado. Os grupos políticos existentes na época (jacobinos, proudhonianos, blanquistas, coletivistas, “marxistas”, anarquistas e socialistas utópicos) não tiveram grande influência e nem papel dirigente:

“Como já foi assinalado, a Comuna não é obra de nenhum grupo ideológico concreto. É bem mais uma criação original do povo. Porém é indiscutível que, em grau maior ou menor, influíram em sua organização e funcionamento as teorias sociais que buscavam a libertação do povo, e as que este

aderiu com a esperança de desmontar a máquina opressora” (Lopez e Turrado, 1966, p. 20).

Sem dúvida, as revoluções proletárias são produto das lutas operárias e do processo de desenvolvimento da consciência revolucionária a partir destas lutas. Porém, na historiografia acadêmica, mesmo a dita “marxista” e, em alguns casos até mesmo “anarquistas”, há uma interpretação simplista do processo de formação da consciência revolucionária. Para a historiografia leninista (e tendências próximas ou similares), o foco da análise ocorre nos partidos e grupos políticos, ideologias e concepções políticas. Alguns anarquistas acabam também caindo em erro semelhante. A reconstituição das histórias das lutas revolucionárias se faz a partir de um modelo analítico estreito que troca a luta de classes por “querelas de organização”, tal como o jovem Trotsky acusava em Lênin em suas teses organizativas (Guérin, 1969; Viana, 2007). Assim, estes intérpretes não compreendem como que, se não havia grupos ou concepções consolidadas, houve um processo revolucionário e, por conseguinte, apela-se para explicações que afirmam que a revolução social como sendo feita devido à incapacidade dos dominantes de manter seu domínio.

“Para um marxista, não há dúvida de que a revolução é impossível sem uma situação revolucionária, mas nem toda situação revolucionária conduz à revolução. Quais são, de maneira geral, os indícios de uma situação revolucionária? Estamos certos de não nos enganarmos se indicarmos três principais pontos que seguem: 1) impossibilidade para as classes dominantes manterem sua dominação de forma inalterada; crise da ‘cúpula’, crise da política da classe dominante, o que cria uma fissura através da qual o descontentamento e a indignação das classes oprimidas abrem caminho. Para que a revolução estoure não basta, normalmente, que ‘a base não queira mais’ viver como outrora, mas é necessário ainda que ‘a cúpula não o possa mais’; 2)

agravamento, além do comum, da miséria e angústia das classes oprimidas; c) desenvolvimento acentuado, em virtude das razões indicadas acima, da atividade das massas, que se deixam, nos períodos ‘pacíficos’, saquear tranquilamente, mas que, em períodos agitados, são empurradas tanto pela crise no seu conjunto como pela própria ‘cúpula’, para uma ação histórica independente” (Lênin, 1979, p. 29-30).

No entanto, Lênin complementa que não basta esta situação revolucionária, é necessário também uma outra condição: o avanço subjetivo da classe operária, que é impulsionado pelo partido de vanguarda que deve dirigir uma insurreição para conquistar o poder estatal. Esta visão da “situação revolucionária” é simplesmente antimarxista. Na verdade, uma situação pré-revolucionária é aquela na qual os conflitos de classes ganham uma amplitude grande (e isto pode ou não provocar a crise do governo ou da legitimidade do Estado capitalista) e gera uma ampliação da capacidade combativa, da auto-organização e do desenvolvimento de uma consciência revolucionária no proletariado e demais setores da sociedade potencialmente revolucionários. O partido de vanguarda, neste caso, possui um papel contra-revolucionário, pois o seu objetivo é conquistar o poder estatal e frear a consciência revolucionária, pois é pré-condição para atingir tal objetivo.

A luta emancipatória dos trabalhadores ocorre cotidianamente, com maior ou menor grau de organização e consciência. A luta cotidiana traz em si o germe da negação do capital. Porém, há alguns obstáculos que dificultam a passagem desta luta cotidiana para lutas autônomas e dessas para lutas autogestionárias. A hegemonia cultural burguesa, através da ideologia (ciência, filosofia, etc.), da mentalidade dominante, da axiologia, das representações cotidianas ilusórias (Viana, 2005) é um destes obstáculos, além do sistema repressivo, da ação estatal, sociabilidade capitalista e sua pressão sobre os indivíduos, etc. Caso a luta operária avance no aspecto cultural, ela tende a avançar nas outras instâncias de luta. Também o avanço da luta prática e cotidiana, tende a reforçar a luta cultural. O avanço da luta, por sua vez, é beneficiado pelas crises de governo, de

legitimidade do Estado capitalista, financeiras, etc. Tais crises aumentam o descontentamento popular e sua aproximação com idéias e concepções mais radicais. Uma crise no regime de acumulação, por sua vez, tende a criar uma situação drástica, na qual a possibilidade de revolução proletária amplia-se de forma considerável, tornando-se uma tendência.

Porém, um tal estágio da luta de classes não surge do nada. Ele surge num contexto (seja de crise de governo, de regime de acumulação, etc.), mas tem como pressuposto o estágio anterior. Dependendo do estágio e do nível de desenvolvimento da consciência revolucionária e de embriões de auto-organização, a luta proletária tende a avançar muito mais rápida e ter uma possibilidade muito maior de vitória. Neste contexto, em situações de estabilidade, a luta cultural assume grande importância, bem como a formação de embriões de formas de auto-organização. Porém, se estas iniciativas, em si mesmas, não gerar uma onda revolucionária, ela serve para uma acumulação de forças do proletariado que significa um avanço e capacidade de derrotar a burguesia e suas classes auxiliares (especialmente a burocracia) que seria bem menor em outra situação, na qual o estágio da luta de classes estivesse num nível ainda elementar.

Claro que aqui não defendemos a postura reformista gramsciana, de conquistar a hegemonia no interior da sociedade civil burguesa. Diante da dominação capitalista, é impossível uma hegemonia proletária na sociedade civil (Viana, 2003). Assim, a luta cultural dentro da sociedade capitalista é fundamental para que as forças revolucionárias consigam fazer avançar a luta proletária. Além disso, este avanço da consciência revolucionária do proletariado e demais classes exploradas e grupos oprimidos também é fundamental para impedir o processo de contra-revolução burocrática, e a influência da social-democracia e bolchevismo.

É fundamental defender a espontaneidade do proletariado, sob pena de reproduzir o bolchevismo com linguagem anarquista, conselhistas, ou qualquer outra. As revoluções sociais foram realizadas espontaneamente. A espontaneidade revolucionária do proletariado é pressuposto para a instauração da autogestão social, ou seja, da sociedade comunista. Porém, é preciso entender o que significa espontaneidade revolucionária.

“A palavra espontâneo deriva do baixo latim *spontaneus*, do latim *sponte* (livremente, voluntariamente), este oriundo de uma raiz grega. Este adjetivo significa, de acordo com Littré: 1) que tem seu princípio em si mesmo; 2) que se faz, se produz por si mesmo; 3) (em fisiologia) que não é produzido por causa exterior” (Guérin, 1982, p. 18).

Sem dúvida, a idéia de espontaneidade presta-se a equívocos e a etimologia da palavra muito mais dificulta do que esclarece seu caráter. Alguns autores e pensadores que se dizem marxistas separam as classes sociais, e pensam ou apenas nas ações da classe dominante ou no das classes exploradas, como se elas não vivessem na mesma sociedade. Obviamente que muitos abordam as classes sociais, mas se limitam às ações de uma delas apenas. Assim, se pode falar em “auto-formação da classe operária” (Thompson, 1987). A própria expressão “auto-formação da classe” é um equívoco. As classes sociais só existem se relacionando, ou seja, a classe social existe em relação com outra, ou então não existe. Logo, por questão lógica e histórica, não é possível haver auto-formação, pois se em sua essência ela só existe na relação com outra classe, então ela não pode fazê-lo sozinha. Sem dúvida, mesmo se admitindo que classe é relação (como é o caso de Thompson), não se ultrapassa um pobre culturalismo e se confunde formação de consciência de classe com formação da classe.

As classes sociais são formadas quando se constituem determinadas relações de produção ou outras relações derivadas delas, que expressam uma determinada divisão social do trabalho. Neste sentido, a espontaneidade revolucionária não pode ser entendida como algo que se produz por si mesmo, pois a ação revolucionária de uma classe só surge no contexto da luta de classes. É a partir da luta que surge a espontaneidade revolucionária. Claro que ingênuos historiadores podem se iludir com as palavras e pensar que dizer que as revoluções proletárias do início do século 20 foram espontâneas é um equívoco, pois existiam outras classes, os governos entravam em crise, etc. Obviamente que aqui o historiador não entendeu que a história é a história da luta de classes e não de apenas uma classe. Claro que por detrás desta negação da espontaneidade revolucionária pode

estar, subrepticiamente, uma posição leninista, vanguardista, logo, contra-revolucionária.

O que é a espontaneidade revolucionária? Espontaneidade revolucionária é diferente de mera espontaneidade. Ela é uma espontaneidade que aponta para a revolução, daí ser revolucionária. A espontaneidade significa que surgiu sem direção ou comando externo à classe, ou seja, não foi o governo ou instituições como partido, igreja, sindicatos, meios oligopolistas de comunicação, etc., que fez desencadear um conjunto de ações<sup>1</sup> e sim – a partir de sua luta contra o governo, os capitalistas, etc. – que desenvolveu ações espontâneas com objetivos revolucionários, mais ou menos conscientes. A passagem das lutas espontâneas (cotidianas) para lutas autônomas (independentes de partidos e representantes) marca a possibilidade da espontaneidade revolucionária, isto é, a passagem para lutas autogestionárias. As revoluções proletárias do início do século 20 se iniciaram pela ação espontânea do proletariado e do campesinato. Sem dúvida, estas ações espontâneas não caíram do céu como um raio ou então ocorreram como num passe de mágica, pois sempre houve situações de conflitos anteriores, guerras, fome, crise de governo ou de legitimidade do Estado, acontecimentos que servem de detonador para ações explosivas, etc.

Porém, a defesa da autogestão das lutas operárias pela própria classe operária não significa dizer que os indivíduos que apóiam tal

---

<sup>1</sup> Seria desnecessário acrescentar que aqui se fala de ações que dirigem o próprio movimento da classe e não qualquer ação. Por exemplo, se um determinado governo resolve abaixar o salário mínimo nacional, ele pode desencadear ações espontâneas do proletariado, ou seja, a espontaneidade é uma resposta proletária à ação da classe dominante e suas classes auxiliares. Tais ações não seriam espontâneas se elas mesmas fossem dirigidas e coordenadas por elementos exteriores à classe. Por exemplo, no caso do governo usar seus meios tecnológicos de comunicação para incitar a população a fazer greve contra a sua determinação de abaixar os salários, uma situação não só inusitada como impossível. Alguns historiadores acham que a espontaneidade do proletariado cai do céu, que os proletários acordam mal humorados e sem nenhum fato novo resolveriam desenvolver ações espontâneas. Mas como elas sempre devem ter um antecedente, e o historiador não vê nenhum na própria classe, então conclui que foi a classe dominante ou a crise estatal que provocou a ação proletária e, logo, não houve espontaneidade, o que significa também não entender o que é espontaneidade. Outro tipo de historiador vai buscar encontrar intelectuais ou grupos políticos que prepararam um programa político que a classe posteriormente seguiu.

luta nada devem fazer. Sem dúvida, a luta revolucionária é uma luta de todos, pois todos sofrem, direta ou indiretamente, em maior ou menor grau, com as mazelas da sociedade capitalista. Os indivíduos e grupos revolucionários devem lutar pela libertação humana e para fazer isso deve se aliar ao movimento revolucionário do proletariado, sem a pretensão de querer dirigi-lo, controlá-lo, etc. A ação dos grupos e indivíduos revolucionários contribui com a luta pela emancipação humana e fazem parte da luta de classes. A inatividade sob o pretexto de não ser vanguarda ou não querer ser vanguarda é, na verdade, uma ação que beneficia os partidos vanguardistas, pois, não apresentando uma visão alternativa e se omitindo no processo da luta de classes, acaba beneficiando as forças contrárias.

Da mesma forma que Marx, pensadores como Proudhon e Bakunin, por exemplo, perceberam isto:

“Entre os fundadores do anarquismo, dá-se ênfase à espontaneidade e, é bem possível que seja a partir deles que a palavra terminou por entrar na linguagem política alemã” (Guérin, 1982, p. 21).

“Entretanto, os dois pensadores libertários, ao contrário do que imaginam seus adversários marxistas, se enfatizam a espontaneidade, não desprezam, absolutamente, o papel das minorias conscientes. Proudhon observa que ‘as idéias, que em todas as épocas agitaram as massas, nasceram antes no cérebro de algum pensador (...). A prioridade nunca coube às multidões’. Quanto a Bakunin, se se afasta de Proudhon ao inverter o raciocínio deste e ao atribuir prioridade à ação elementar das massas, prescreve aos revolucionários conscientes o imperioso dever de ‘ajudar o nascimento de uma revolução, difundindo às massas idéias’ correspondentes ao seu instinto ‘de servir como intermediários entre a idéia revolucionária e os instintos populares’ ‘de contribuir para a organização revolucionária do poder das massas’ (Guérin, 1982, p. 22).

Assim, tal como Marx apresentou juntamente com Engels no *Manifesto*

*Comunista*, os revolucionários não possuem interesses opostos aos da classe operária e nem formam um “partido à parte e oposto” aos demais grupos revolucionários; “não tem interesses que os separem do proletariado em geral”; “não proclamam princípios particulares, segundo os quais pretendiam modelar o movimento operário” (Marx e Engels, 1988, p. 88). A única diferença entre os revolucionários e o proletariado é o fato de ser “a fração que impulsiona as demais; teoricamente têm sobre o resto do proletariado a vantagem de uma compreensão nítida das condições, da marcha e dos fins gerais do movimento proletário” (Marx e Engels, 1988, p. 88).

Justamente devido a esta formação teórica, cabe aos revolucionários não se omitirem e atuarem no sentido de reforçar a luta do proletariado. Para fazer isso, existem as mais variadas formas, desde a produção e divulgação de idéias revolucionárias; produção teórica e artística; ações políticas práticas, busca de organização e trabalho coletivo visando constituir elementos para apoiar a luta proletária, etc. Assim, um dos elementos fundamentais é a luta cultural visando corroer a hegemonia burguesa e acelerar o processo de desenvolvimento da consciência de classe do proletariado, efetivando a passagem da consciência concreta para uma consciência revolucionária, mesmo que em círculos mais restritos, e buscando sua expansão para círculos mais amplos. É neste contexto que se coloca a questão da propaganda revolucionária e da propaganda generalizada.

#### **Propaganda Política e Propaganda Revolucionária**

A propaganda é o processo no qual um indivíduo ou grupo propaga determinadas idéias. No caso da sociedade capitalista, há a propaganda comercial, cujo objetivo é convencer ao consumo e a propaganda política, cujo objetivo é adesão a determinada idéia, partido, etc. A propaganda política é extremamente utilizada por governos e partidos, estes últimos principalmente em períodos eleitorais.

A propaganda revolucionária, ou seja, a que tem como objetivo contribuir com o desencadeamento de um processo revolucionário, difere das formas dominantes de propaganda em nossa sociedade. Neste sentido, torna-se útil distinguir a propaganda revolucionária e seu *modo operandi* de outra forma de propaganda que é possível confundir,



que é a propaganda partidária realizada pelo leninismo.

Lênin é considerado por alguns como um grande propagandista. Ele utilizou palavras de ordem e outros elementos manipulativos da opinião da população para conseguir a supremacia no processo revolucionário russo. A propaganda do partido de tipo leninista visa a adesão às idéias do partido e aceitação de sua direção. Lênin foi perspicaz no sentido de perceber que fazendo concessões para as classes exploradas e defendendo suas reivindicações, seria possível ganhar tal adesão e aceitação. Suas palavras de ordem: “Pão, Paz e Terra” e “todo o poder aos soviets” foi apenas uma forma de manipulação eficaz, pois retirou das necessidades da população suas palavras de ordem e colocou o seu partido como aquele que transformaria as palavras de ordem em realidade. O objetivo era conquistar o apoio da população para tomar o poder estatal. Por mais que a propaganda dissesse “todo o poder aos soviets”, isto era apenas um meio para conseguir “todo o poder ao partido”, que era, na verdade, a mensagem sub-reptícia por detrás desta palavra de ordem.

Nos debates intelectuais ele também usava um discurso retórico para derrotar os adversários, entre os quais se destacava os adjetivos pejorativos, o argumento de autoridade, e outros estratagemas discursivos. Porém, esta forma medíocre de debater e o caráter manipulativo de sua propaganda são coerentes com sua visão vanguardista e seus objetivos contra-revolucionários. Porém, isto é totalmente inadequado para quem parte da perspectiva do proletariado. Assim, os objetivos da propaganda leninista são opostos aos objetivos da propaganda revolucionária. Se no caso da propaganda leninista o que se quer é adesão e aceitação, ou seja, se busca criar uma relação de dependência e tutela; no caso da propaganda revolucionária o que se objetiva é o desenvolvimento da consciência de classe e da capacidade crítica-reflexiva e da autonomia e auto-organização.

Assim, a propaganda revolucionária não possui um caráter de busca de persuasão por interesses de partido e sim busca de formação. O objetivo não é informar e sim formar, contribuir para a formação de recursos intelectuais que não são fornecidos pela tradição, pela escola, pelos meios oligopolistas de comunicação. Neste sentido, a propaganda revolucionária somente é

propaganda no sentido da origem etimológica da palavra:

“O dicionário de Oxford define propaganda como ‘uma associação ou projeto para propagar uma doutrina ou prática’, e a palavra origina-se do latim *propagare*, que significa a técnica do jardineiro de cravar no solo os rebentos novos das plantas a fim de reproduzir novas plantas que depois passarão a ter vida própria” (Brown, 1971, p. 12).

Assim, a propaganda revolucionária visa divulgar “rebentos novos” para que as classes exploradas possam utilizá-las em sua ação cotidiana e política. Não se trata de formar adesão a grupo ou fazer doutrinação e sim incentivar a auto-reflexão através da contribuição com o desenvolvimento de uma consciência crítica e da auto-organização. Assim, se a propaganda leninista visa atacar determinado governo ou coisas mais abstratas (imperialismo, burguesia, etc.) sem um processo de esclarecimento intelectual, revela apenas que quer fazer auto-propaganda, e que é um objetivo em si mesmo. Logo, cria interesses particulares e opostos ao do proletariado.

Assim, o *modo operandi* da propaganda revolucionária é radicalmente diferente. Não se trata de direcionar a mensagem para a crítica ao governo ou entidades abstratas e nem para solicitar voto, apoio, adesão ou aceitação de direção. A propaganda revolucionária visa: a) esclarecimento intelectual sobre a totalidade da sociedade capitalista; b) fornecer recursos intelectuais, ferramentas para que os indivíduos desenvolvam a capacidade de análise crítica sobre as relações sociais e sua situação particular no capitalismo; c) incentivar a auto-formação intelectual e a auto-organização política.

O saber que é repassado pelas tradições, pelas escolas e meios oligopolistas de comunicação é marcado pela superficialidade, moralismo, fragmentação, formalismo, valores dominantes. Um mundo de informação é oferecido, mas as ferramentas intelectuais para trabalhar este conjunto de informações não são repassadas em lugar algum. Assim, a propaganda revolucionária deve ser um primeiro momento formativo que visa o incentivo à auto-formação. Os indivíduos escolarizados não conseguem fazer interpretações e análises mais profundas de acontecimentos, programas



televisivos, ou seja lá o que for, e se não tiver feito um esforço pessoal no sentido de adquirir e desenvolver habilidades intelectuais que permitam uma percepção da realidade, tal como a visão da totalidade, por exemplo.

Assim, o objetivo da propaganda revolucionária é fornecer ferramentas básicas para um pensamento crítico e incentivar a auto-organização. Para atingir este objetivo, deve utilizar os meios adequados para tal. Os meios devem possuir uma unidade com os objetivos. Sendo assim, a propaganda via panfleto, meios de comunicação etc., deve incentivar, no seu próprio ato, a reflexão e a formação, e, ao mesmo tempo, já passar uma mensagem. O doutrinário não tem intenção de formar e sim de convencer, pois assim ganha a adesão e mantém a relação de dependência. O revolucionário tem a intenção de formar, pois assim contribui com a luta pela emancipação. Para formar, é preciso não só passar a mensagem que deseja e que faz parte da formação, mas também criar mecanismos intelectuais pelos quais o indivíduo atingido pela mensagem saiba refletir sobre ela e muitos outros assuntos não relacionados diretamente.

Sem dúvida, no que se refere à propaganda generalizada, isto é bastante difícil. Um panfleto, por exemplo, devido seu tamanho, a heterogeneidade do público (cultural, escolar, política, religiosa, etc.), o desinteresse pela leitura ou pelo assunto, são obstáculos. Por isso, a produção de um panfleto revolucionário deve, inicialmente, pensar no tema-base e objetivo do panfleto, tentando apresentá-lo da forma mais simples possível. O critério da simplicidade significativa é aquele no qual o processo de simplificação não anula a mensagem que se quer passar, pois assim perderia o sentido e a panfletagem seria um objetivo em si mesmo.

Sem dúvida, se o objetivo do panfleto for uma questão bastante delimitada, tal como a chamada para o voto nulo, então deverá focalizar a proposta e justificar/fundamentar e, ao fazer isso, remeter ao conjunto das relações sociais (totalidade), bem como indo além e propondo algo mais do que meramente anular o voto (por exemplo, auto-organização). Assim, mesmo quando ataca uma questão pontual, é necessário, para proceder a um processo de formação, ir além de tal questão. Na estrutura do panfleto há uma organização que reflete a própria proposta do método dialético e, em cursos de formação, pode servir de exemplo para iniciação à dialética. Se a questão pontual é

o preço das tarifas de ônibus, é preciso não somente apresentar a proposta de abaixar o preço da tarifa e justificar/fundamentar tal proposta, remetendo a outras relações sociais (caráter coletivo e social do transporte, apropriação privada e lucro, papel do Estado, etc.), bem como propor formas de auto-organização para conquistar/garantir sua efetivação (associação de usuários, por exemplo) e ir, além disso, (proposta de estatização e controle pelos usuários, etc.).

Obviamente, que, a propaganda revolucionária é apenas um mecanismo no processo da luta cultural e tem que ser complementada com outros, entre os quais, atividades formativas como cursos, textos, etc. Assim, o trabalho coletivo na produção, confecção, reprodução e distribuição de um panfleto é apenas uma parte do trabalho que deve ser complementada com formas mais amplas de formação e divulgação. A propaganda revolucionária não é propaganda política, não visa voto, apoio a governo, adesão a partido e, por isso, não pode encerrar-se em si mesma. É necessário criar mecanismos pelos quais os resultados da propaganda generalizada com objetivo revolucionário sejam avaliados e complementados.

Sobre o processo de avaliação, é necessário fazer uma distinção entre os resultados visíveis e os resultados invisíveis.

O resultado visível pode ser constatado, é perceptível nos comentários das pessoas, nos contatos imediatos que poderão surgir, e, posteriormente, no efeito que poderá ter (se for pelo voto nulo, num aumento considerável deste, se for para formar núcleos de formação e ação, na possível formação deles). Caso este resultado seja extraordinário, será visto com muito mais facilidade e, uma vez ocorrendo, reforça sua eficácia e ampliação da propaganda revolucionária. Porém, se o resultado for bom, mas não extraordinário, é possível expandir a idéia e tentar divulgá-la para se repetir em outras cidades, etc., mas com cuidado, pois dando resultado, logo aparecerão os oportunistas e partidos da pseudo-esquerda querendo ou fazer algo semelhante, deturpando a idéia, ou se apropriar da idéia ou do resultado. E como sabemos que os recursos e manipulação que eles fazem é forte, todo o cuidado é necessário, inclusive sempre deixar claro na propaganda, o papel dos partidos políticos (que é uma primeira forma de prevenir tal deformação).

O resultado invisível é aquele que não se vê, tal como a leitura que abre a percepção de uma pessoa que não se manifesta, ou um grupo (de estudos, ação, etc.) que se forma, mas não entra em contato, no desenvolvimento da consciência de classe de forma rudimentar, mas que não se toma conhecimento, etc. Uma primeira panfletagem é apenas um passo, que tem que ser complementado por outras (gerais e específicas) e, caso dê bons resultados, tende a se ampliar e contar com mais pessoas ajudando no processo. Por conseguinte, mesmo que não vejamos resultado nenhum, o trabalho pode ter surtido efeito.

Assim, o processo de avaliação de uma panfletagem deve levar em consideração estes resultados e tentar obter informações para ampliar a visão deles. Além disso, é preciso dar continuidade ao trabalho de luta cultural e propaganda, formação, etc.

O complemento da propaganda revolucionária é o incentivo e apoio para o processo de auto-formação e auto-organização da população. Neste sentido, a idéia de produzir material sobre diversos temas numa perspectiva revolucionária e mais acessível ganha um papel fundamental. Entre este material, produzir cadernos de formação é muito importante, pois não só permite acesso por parte de pessoas a uma explicação mais acessível da sociedade capitalista como também possibilitar ferramentas intelectuais para análise da sociedade, unindo análise da realidade e

recursos intelectuais para analisar outros fenômenos e compreendê-los. Isto, é claro, é um nível que deve ser complementado com a produção teórica, mais elaborada e profunda, que, no entanto, já pressupõe uma formação anterior dos indivíduos para que seja acessível e faz parte da busca de compreensão das relações sociais e do desenvolvimento capitalista para fornecer subsídios e recursos intelectuais para a ação revolucionária.

Na atualidade, a propaganda revolucionária generalizada assume grande importância como meio alternativo de tentar romper o isolamento dos grupos revolucionários junto à população e o cerco da cultura burguesa sobre os indivíduos, principalmente os das classes exploradas. A luta cultural deve se tornar ampla, se generalizar e atingir a população. Neste sentido, abre-se a possibilidade de mais indivíduos, principalmente, neste caso, oriundos das classes exploradas, ampliar a visão crítica da sociedade capitalista e reforçar o processo de luta pela autogestão social. Este processo, tende, em períodos não-revolucionários, a ser cumulativo e pode, dependendo das lutas sociais, se tornar muito mais amplo e fornecer uma base cultural mais sólida para lutas futuras. Também pode, numa visão mais otimista, ser uma forma de expandir a própria luta e desencadear uma radicalização e autonomização das classes exploradas, o que permitiria uma nova fase da luta de classes.

#### Referências Bibliográficas

- BROWN, J. A. *Técnicas de Persuasão*. 2ª Edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1971.
- GUÉRIN, Daniel. *Rosa Luxemburgo e a Espontaneidade Revolucionária*. São Paulo, Perspectiva, 1982.
- LÊNIN, W. *A Falência da II Internacional*. São Paulo, Kairós, 1979.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. 7ª edição, São Paulo, Global, 1988.
- THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. 1. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2003.
- VIANA, Nildo. *Luta de Classes e Universo Cultural*. Revista Letra Livre. Ano 11, n. 45, 2006.
- VIANA, Nildo. *Manifesto Autogestionário*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2008.

## ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NA CONCEPÇÃO DOS COMUNISTAS DE CONSELHOS

*José Carlos Mendonça  
Tanguara Belo de Oliveira*

Já não é novidade para ninguém que os organismos de luta da esquerda tradicional, seja ela reformista ou revolucionária, atravessam uma crise, talvez terminal, de representatividade frente à base “representada”. A credibilidade em partidos políticos e sindicatos vem persistentemente apresentando uma trajetória descendente, em função da comprovada incapacidade de ambos em evitar a burocratização e conseqüente degeneração das lutas emancipatórias, mesmo que no passado tenham cumprido um papel de relevo para conquistas sociais e políticas dos trabalhadores.

Para além desta questão atual, se nos preocupamos com a substituição do capitalismo por uma sociedade sem classes - onde as relações entre os indivíduos na produção sejam igualitárias e sem as polaridades perenes vigentes (trabalho intelectual/manual; cidade/campo; dirigentes/dirigidos) - é forçoso reconhecer que a efetivação da máxima marxiana “a libertação dos trabalhadores terá de ser obra dos próprios trabalhadores” implica o desenvolvimento de ações autônomas de massas que exigem formas de organização distintas das consagradas pelo bolchevismo.

Para os bolcheviques, orientados pela concepção de Lênin, importava organizar partidariamente os indivíduos politicamente ativos do proletariado, ou seja, sua vanguarda, agrupando-os no partido juntamente com intelectuais. A este organismo ficavam atribuídas as tarefas de conquista e exercício do poder de Estado, enquanto à classe reservava-se o papel passivo circunscrito ao âmbito econômico. Por esta aceção a idéia de práxis política fica resignada à ação de dirigentes, a quem a classe deveria seguir e subordinar-se.

Daí a importância - dentro ainda de uma perspectiva marxista de ultrapassagem do capitalismo - em se retomar a reflexão de alguns pensadores revolucionários que, ao enfocarem o tema da organização por conselhos, restituem à classe em luta atributos de existência e capacidade de atividade política próprias,

furtadas pela interpretação da esquerda oficial abrangida pela tradição leninista<sup>1</sup>.

O modelo dos conselhos fora algo, reiteradas vezes, vivenciado pelos trabalhadores nos processo revolucionários. Desde a Comuna de Paris, em 1871, se sucederam diversas experiências práticas, dentre as quais destacamos: Rússia em 1905 e 1917, Alemanha, Hungria e Itália em 1918-20, China em 1966-67, França em 1967, Itália em 1968, Portugal em 1974-75 e Polônia em 1980-81. Estas formas institucionais constituíram exemplos concretos de poder autônomo dos trabalhadores em luta e aspirou tanto à conquista do poder quanto à direção da atividade produtiva após - e na hipótese - da conquista. Segundo Gombin (1972: 106), a teoria dos conselhos operários “propõe um conteúdo para o socialismo (a vida econômica, social e política gerida pela organização de conselhos) [...] propõe um modelo de organização revolucionária do proletariado.”<sup>2</sup>

Em todas as experiências em que surgira, os conselhos apresentaram um núcleo constante de características: participação direta dos trabalhadores em assembleias onde decidem eles próprios os rumos e as táticas a serem empregadas, não remuneração para cargos delegados - cujos mandatos podem ser revogados a qualquer tempo - além da constante rotatividade das funções. Nestas ocasiões, as relações hierárquicas típicas das estruturas políticas e econômicas capitalistas eram reconvertidas em relações horizontais de solidariedade.

Não se trata, claro está, de transpor automaticamente para a atualidade as experiências dos conflitos do século XX, mas observar princípios essenciais que permeiam as teses conselhistas: a) o sujeito histórico insubstituível da superação do capitalismo é o proletariado e b) a passagem para o comunismo não pode ser resumida à tomada do poder de Estado pelo partido político pretensamente representante da classe, visto que tal passagem

<sup>1</sup> Incluem-se aqui as vertentes stalinistas, trotskistas, maoístas, etc.

<sup>2</sup> GOMBIN, Richard. *As origens do esquerdismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1972.

somente pode ser erigida por obra da auto-atividade dos trabalhadores que, por meio da sua gestão direta, redimensionam o conjunto das relações sociais.

Este debate sobre a organização proletária figura como um dos maiores dilemas da esquerda: por um lado, a necessidade de criação de um instrumento de luta que viabilize alcançar um determinado propósito (libertar os trabalhadores da exploração capitalista) e, por outro, a fetichização da forma criada, ou seja, o processo pelo qual a organização torna-se a própria finalidade. Tal ocorre quando a máquina burocrática do partido - funcionários, militantes e ideólogos profissionais - passa a perseguir sua auto-sustentação no poder. Os “Revolucionários do período inicial tornam-se funcionários.”<sup>3</sup>

Incidindo neste ponto, os comunistas de conselhos salientam os aspectos contra-revolucionários de instituições tradicionais como partidos e sindicatos. Na base da concepção conselhistas está a aposta de que no desenvolvimento ulterior das lutas, embora surgidas espontaneamente por motivações econômicas, os conselhos possam se consolidar e passar a questionar a divisão do trabalho, a hierarquia das fábricas, o direcionamento da produção, etc. Isto significaria a superação necessária da dicotomia entre espontaneísmo e organização e, principalmente, entre luta econômica e luta política.

#### **A forma-partido na concepção conselhistas**

Para uma apreensão geral do lugar que a forma-partido ocupa na teoria do comunismo de conselhos pode-se partir da leitura dos escritos de Anton Pannekoek e Karl Korsch, dois dos principais expoentes dessa corrente. Antes porém será necessário deter-se naquela que pode ser considerada a precursora do conselhismo: Rosa Luxemburg. Autora e ativista revolucionária que talvez seja quem mais concentrou em sua obra a tensão resultante das relações entre organização/espontaneidade, classe/partido, vanguarda/massas e, desse modo, tenha rasgado horizontes para a consolidação de tal vertente.

Já em 1904, polemizando com Lênin nas *Questões de Organização da Social Democracia Russa*, Rosa Luxemburg (1991) postula: “Organização, esclarecimento e luta não

são aqui momentos separados [...] são apenas diferentes aspectos do mesmo processo.”<sup>4</sup> Em seu entendimento, a tendência ultracentralista de Lênin admitia o princípio da intervenção direta, disciplinada e decisiva das autoridades centrais em todos os âmbitos e manifestações locais do partido. Lênin estaria a subestimar a capacidade de organização autônoma e direta das massas e, com isso, cindia a atividade conspirativa de uma minoria da vida cotidiana das massas. A concepção burocrática de partido leninista desliga as pessoas encarregadas de funções políticas especiais do solo real da luta de classes elementar e reduz os membros ativos da organização a simples executores das vontades de “uma dúzia de espíritos superiores”.

Na apreciação da revolucionária polonesa, a vivacidade da organização partidária deve se localizar no seio da ação espontânea das massas e não no produto teórico da cabeça genial de um dirigente. Dessa maneira, o partido cumpriria tarefas de manutenção, fomento e avaliação constantes das formas históricas sempre renovadas das lutas empreendidas pelas massas, e não prescreveria receitas prontas e detalhadas dos rumos a serem trilhados. Concentrar poderes na direção partidária seria fortalecer, perigosamente, o conservadorismo inerente à direção de qualquer partido e obstar o livre desenvolvimento das atividades políticas da classe. Coordenação e unificação serão os princípios da organização partidária, caso contrário “Os meios viram-se contra os fins”. Portanto, era indispensável que o partido abrisse caminhos para que o movimento operário encetasse suas experiências por si mesmo e maturasse a sua disposição revolucionária a partir de seus próprios erros, “infinitamente mais fecundos e valiosos que a infalibilidade do melhor ‘comitê central.’ ” (Luxemburg, 1991: 58-59).

Em *A Revolução Russa*, escrita no ano de 1918, a autora, ao mesmo tempo em que reconhece a perspicácia e a coragem revolucionárias do partido bolchevique por sua capacidade de mobilizar as massas e levá-las às últimas conseqüências, expõe suas desavenças em relação às medidas políticas que haveriam abafado e impedido o alargamento dos espaços públicos. Da perspectiva luxemburguista, a

<sup>3</sup> TRAGTENBERG, Maurício. “Rosa Luxemburg e a crítica dos fenômenos burocráticos”. In: LOUREIRO, Isabel Maria & VIGEVANI, Tullo (orgs.). *Rosa Luxemburg: a recusa da alienação*. São Paulo: FUNDUNESP, 1991, pp. 37-47.

<sup>4</sup> LUXEMBURG, Rosa. “Questões de organização da social democracia russa”. In: *A revolução russa; introdução, tradução e notas de rodapé: Isabel Maria Loureiro*. Petrópolis: Vozes, 1991.

dissolução da Assembléia Constituinte, o cerceamento da liberdade de imprensa, do direito de associação e reunião e de outras liberdades democráticas obstruiu qualquer tipo de fonte de experiência política e teria interrompido a revolução ascendente.

Os desdobramentos burocráticos da revolução de 1917 teriam evidenciado a insuficiência dos pressupostos de Lênin e Trotsky, para quem a revolução socialista consistiria na mera execução de um programa revolucionário pré-concebido, a ser aplicado pelo partido energicamente. Para ela, programas políticos guardariam apenas as diretrizes balizadoras, sem a capacidade de indicar quais as melhores medidas práticas a serem tomadas em todos os domínios da revolução social. O socialismo concebido por Rosa é um produto histórico nascido na própria “escola da experiência”, impossível de ser outorgado ou decretado.

Em novembro de 1918, pouco antes de ser assassinada, ao analisar os últimos acontecimentos da conjuntura alemã, suas proposições sobre os conselhos de operários e soldados como força política revolucionária ganham toda força, expressas no programa que redigiu intitulado *O que quer a Liga Spartakus?* (LUXEMBURG, 1991). Ali, a autora radicaliza sua defesa do socialismo enquanto obra das massas populares no momento em que evoluem da luta cotidiana e deixam de ser massa governada e passam, por si mesmas, a edificarem sua vida política e econômica, numa “autodeterminação consciente e livre”.<sup>5</sup>

Para tanto, caberia à classe substituir todos os órgãos herdados da dominação burguesa – parlamentos, administrações municipais – pelos seus próprios órgãos de classe, os conselhos de operários e soldados. Rosa, dessa maneira, demonstra não crer no caráter transformador que parlamentos e assembleias nacionais pretensamente teriam de instituir por decretos o fim da sociedade capitalista. Antes, é necessário confiar à classe trabalhadora todos os postos e funções, ou seja, a totalidade do poder político.

No entanto, no tocante ao caráter do partido, Rosa tomará posição pelo partido de massas como se depreende desta passagem:

“Aliás, é completamente errado pensar ser do interesse do movimento operário repelir o afluxo em massa dos elementos dispersos em consequência da progressiva dissolução da sociedade burguesa. A proposição segundo a qual a socialdemocracia representa os interesses de classe do proletariado e, por conseguinte, o conjunto dos interesses progressistas da sociedade e de todas as vítimas oprimidas pela ordem social burguesa não é para ser meramente interpretada no sentido de que no programa da socialdemocracia todos esses interesses estão idealmente sintetizados. Esta proposição torna-se verdadeira através do processo de desenvolvimento histórico, em virtude do qual a socialdemocracia, também como *partido político*, gradualmente se torna o abrigo dos elementos mais variados e mais insatisfeitos da sociedade, transformando-se realmente no partido do povo contra uma ínfima minoria da burguesia dominante.”<sup>6</sup>

Esta defesa de um partido policlassista, no programa e em sua composição, impede que Rosa possa encaixar-se plenamente na corrente conselheira e a afasta de um campo comum de entendimentos, por exemplo, com aquele que foi talvez o teórico mais rigoroso do comunismo de conselhos: Anton Pannekoek (1873-1960).

Holandês de nascimento e tendo militado até a primeira guerra na socialdemocracia alemã, Pannekoek expressou um núcleo de concepções acerca da relação partido/classe que a reorientava por completo. O partido, enquanto organização erigida em torno de idéias políticas específicas, deixa de ser **direção** para transformar-se em **instrumento da ação** da classe, agrupamento em torno de interesses comuns. Seu pensamento sobre a forma-partido era derivado das três teses intelectuais que conformavam a base das suas formulações: a concepção materialista da história que coloca a luta de classes como o agente da evolução social; a luta de classes travada de modo consciente, e a ação das massas revolucionarizadas em luta pela gestão dos meios de produção.

A forma-partido entendida como organização-processo está nos antípodas da

<sup>5</sup> LUXEMBURG, Rosa. “O que quer a Liga Spartakus?”. In: *A revolução russa; introdução, tradução e notas de rodapé: Isabel Maria Loureiro*. Petrópolis: Vozes, 1991.

<sup>6</sup> Luxemburg, 1991, p. 56.

organização de tipo bolchevique ou socialdemocrata, institucionalizada de modo perene e dotada de complexos mecanismos e órgãos de direção e transmissão. Se à classe como um todo compete fazer a revolução ao partido caberia então

[...] encontrar e indicar pelo estudo e discussão o melhor caminho de ação para a classe operária. No entanto, esta educação não deve ser dirigida somente aos membros do grupo ou partido mas sim à massa da classe operária. É ela que deve decidir nas suas reuniões de fábrica e nos Conselhos, qual a melhor maneira de agir. Mas para que decidam da melhor maneira possível devem ser esclarecidos por opiniões bem ponderadas e vindas do maior número de lados possível. [...] ir ao encontro dos operários, por exemplo, por meio de panfletos populares que esclareçam os trabalhadores explicando as principais mudanças da sociedade, e a necessidade de uma direção dos operários por eles mesmos, em todas as suas ações como em todo o trabalho produtivo futuro.<sup>7</sup>

A par destas considerações, nota-se que a concepção de organização política em Pannekoek diverge radicalmente da de Lênin, a qual supõe a necessidade constante da classe operária ser dirigida por uma minoria. Para o primeiro, os partidos podem até assumir uma função importante numa fase preliminar. Contudo, à medida que os conflitos e as lutas se intensificam, devem ser ultrapassados pelos objetivos avançados do proletariado. Manter a classe num nível inferior significaria, na prática, mantê-la sob controle e repressão.

O bolchevismo, por sua vez, instituiu um modelo de partido organizado por princípios de eficácia, nos moldes da divisão de trabalho capitalista, isto é, acentuando o distanciamento entre concepção e execução das tarefas revolucionárias. Em outras palavras, quando o Partido Comunista - PC apregoa sua ascensão ao poder e sua centralidade no processo revolucionário, relega à classe o papel secundário e passivo de segui-lo e apoiá-lo. Residiria aqui a base para o surgimento de uma

nova classe dominante – burocratas ou gestores – emergir e perpetuar os fundamentos das relações capitalistas. “O capitalismo de mercado” – diz-nos Pannekoek – “se transforma em capitalismo de Estado.”<sup>8</sup>

Outra marca característica da forma-partido para o comunista de conselhos é o anti-parlamentarismo em oposição de princípio à tática dos PCs de ingressar nos parlamentos - diante da impossibilidade imediata de ultrapassagem do capitalismo – para pelo menos transformá-los em órgãos de oposição. De acordo com esta tática, o parlamento se transforma em arena privilegiada de disputas entre classes antagônicas e promover pequenas reformas e ampliar direitos tornam-se as finalidades práticas do partido. Por consequência, em nome da necessidade de formar maioria parlamentar, os PCs estão obrigados à realização de alianças com outros partidos da ordem, o que os leva, invariavelmente, ao abandono dos interesses reais dos trabalhadores e à perseguição de interesses próprios.

Do estudo das eclosões revolucionárias na Rússia de 1905 e 1917 e das que, em menor escala, ocorreram na Alemanha em 1918, é que o conselheiro holandês extrai os princípios organizativos da ação revolucionária autônoma do proletariado, os *soviets* ou “Conselhos Operários”. Estes devem servir – e isso é importante frisar - tanto à tomada do poder político e social pelos trabalhadores, quanto à direção do trabalho produtivo depois da conquista. Impossíveis de serem previamente definidas em detalhes, estas organizações - produzidas historicamente no seio dos conflitos de classe mais importantes sob diferentes denominações - figuram como o modelo mais apropriado à classe em luta, a verdadeira alavanca da revolução. Pannekoek, em largos traços, refere-se a uma organização onde cada qual participa ativamente da ação e da direção, uma instituição que ao não reservar lugar para dirigentes profissionais impossibilita a autonomização dos comitês/comissões, eleitas para funções executivas pelos conselhos, em relação ao conjunto da classe.

Na sua perspectiva, os conselhos operários não devem ser gerados por iniciativas de grupos revolucionários, mas sim pelas

<sup>7</sup> PANNEKOEK, Anton. “Carta à Socialisme ou Barbarie”. Disponível em <http://dominiopublico.mec.gov.br/download/texto/ma000049.pdf>. Acesso em 28 maio 2007.

<sup>8</sup> PANNEKOEK, Anton. *Partido e Classe*. Disponível em <http://www.geocities.com/autonomiabvr/partido.html?20074>. Acesso em 04 fevereiro 2007.

manifestações espontâneas motivadas pela solidariedade e paixão entre os trabalhadores. “A revolução proletária” – alerta Pannekoek – “exige também que o conjunto da classe operária saia da sua situação de dependência e ignorância para ascender à independência e construir um mundo novo”<sup>9</sup>. Somente por esta maneira é possível empreender uma organização sem enredar-se nas armadilhas das regras burocráticas. Isto significa que uma organização autônoma e revolucionária só pode resultar da árdua aprendizagem obtida na escola dos processos de luta.

Em grandes processos revolucionários, a nova classe ascendente carece criar suas próprias formas institucionais. As quais, originariamente surgidas como organismos ilegais dentro da ordem capitalista, robustecem sua estrutura e funções, na medida em que a revolução cresce, até substituírem por completo os antigos órgãos políticos estatais e os de administração da produção. A organização fundamentada nos conselhos representa apenas os trabalhadores e não confere direito de voto ao cidadão em geral, como no parlamentarismo. Assim entendida, é a autêntica realização da ditadura do proletariado, como teorizada por Marx e Engels.

Por fim, coube ao alemão Karl Korsch (1886-1961) fornecer a base filosófica à concepção organizativa conselheira pela negação da concepção leninista. Segundo ele, a “ortodoxia” - que engloba a socialdemocracia de Kautsky e o bolchevismo de Lênin – constituiria a legitimação ideológica da paralisação e fracassos do movimento operário. Assim, empenha-se numa formulação teórica que privilegie a ação espontânea e autônoma da classe enquanto relativiza o papel da vanguarda.

Em primeiro lugar, subverte o conceito de vanguarda no plano da teoria. Pois entende que ao se supor a consciência portadora da necessidade histórica enquanto algo independente e exterior à classe, resultante de uma teoria exógena (alheia à práxis por apenas contemplar empiricamente o mundo objetivo) e acabada (que se pretende portadora da chave dos destinos universais), o bolchevismo faz do marxismo uma pura ideologia, de onde emergiria inevitavelmente um poder burocrático.

Em segundo lugar, no plano da

prática política critica a linha adotada por Lênin, e atribui a ele a pretensão de atingir os objetivos de uma revolução proletária valendo-se de formas políticas (sejam partidárias, de poder ou estatais) que anteriormente foram eficientes para atingir objetivos de uma revolução burguesa. Ou seja, enquadra esta doutrina nos termos de uma teoria e prática jacobinas<sup>10</sup>.

#### **(in) Conclusões: forma-partido e conselhos hoje**

João Bernardo (1991)<sup>11</sup> fornece-nos um quadro teórico válido para entendermos a maneira pela qual estas formas institucionais, originariamente criadas num sentido de luta contestatória, tornam-se mecanismos da própria continuidade da dominação capitalista. Por esta via de compreensão, a sucessão de formas variadas de existência do capitalismo processa-se não apenas por modalidades repressivas, mas, sobretudo, por ciclos de absorção dos conflitos. Este processo de assimilação, tênue e sofisticado, não se resume à cooptação pessoal de antigos integrantes e dirigentes “traidores” da causa proletária. Em sua sagacidade, tal processo é capaz de integrar na estrutura capitalista as próprias instituições de lutas autônomas que historicamente o proletariado em luta cria. Resultam, neste sentido, do próprio processo de degeneração dos órgãos de deliberação livremente gerados. Isto quer dizer que as organizações continuam a existir formal e nominalmente, porém, com o conteúdo das práticas sociais plenamente desfiguradas.

Parece-nos que é justamente isto que ocorre hoje com algumas instituições, cujos nomes vemos encher as bocas dos paladinos da “democracia participativa”. Se no âmbito administrativo do Estado elas aparecem sob insígnias do orçamento participativo, conselhos gestores, conselhos municipais, estaduais ou nacionais de políticas setoriais, etc.; no âmbito empresarial encontramos-as nos Círculos de Controle de Qualidade, na legalização das comissões de fábrica, na co-gestão, etc; sem falar nas ONGs, nos cooperativismos e nas economias solidárias. Os partidos e os sindicatos por sua vez, assimilados de longa data, cumprem uma dupla função neste quadro de integração

<sup>9</sup> PANNEKOEK, A. *Os conselhos Operários*. Disponível em [http://www.terravista.pt/ilhadomel/1188/os\\_conselhos\\_operarios.htm](http://www.terravista.pt/ilhadomel/1188/os_conselhos_operarios.htm). Acesso em 20 maio 2007.

<sup>10</sup> Para uma noção das diversas dimensões da contribuição teórica de Korsch, ver SUBIRATS, Eduardo et. al. *Karl Korsch o el nacimiento de una nueva época*. Barcelona: Anagrama, 1973. Além de sua obra magna KORSCH, Karl. *Marxismo e filosofia*. Porto: Afrontamento, 1977.

<sup>11</sup> BERNARDO, João. *Economia dos Conflitos Sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.



capitalista: agentes apoloéticos destas instituições e, simultaneamente, peças componentes de seu funcionamento. Representam hoje, para a história das lutas derrotadas, não a tragédia e sim a farsa.

Do ponto de vista da emancipação dos trabalhadores, tal qual a máxima de Marx exposta no início do texto, os critérios a serem observados devem ser: Quais os princípios organizacionais que regem estas novas

instituições? Temos aí – ainda que tendencialmente – relações sociais igualitárias, horizontais e coletivistas capazes de subverterem o caráter hierárquico das estruturas capitalistas? Com efeito, qualquer resposta que identifique na concretude das instituições citadas alguma similitude, para além das nomenclaturas, faria Rosa, Pannekoek e Korsch revirarem-se em seus túmulos.

## A LÓGICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS

*Juversino de Jesus Júnior  
Lisandro Braga*

Muito se tem falado a respeito do que viria a ser os partidos políticos bem como o papel que os mesmos exercem na sociedade moderna e as várias instituições que a compõe. Existem importantes referenciais teóricos acerca do assunto elaborados por Robert Michels e Maurice Duverger sendo que o segundo se destaca em relação ao primeiro por apresentar a vantagem de ser mais recente e por consequência, mais informativo. Os demais textos sobre o tema se apresentam de forma descritiva. Não se trata aqui, de afirmar que Duverger não se enquadre nesse grupo de análise descritiva, mas como foi dito possui suas diferenciações e vantagens para o estudo em questão. O partido político tal como é denominado na sociedade moderna, é fruto do sistema capitalista, que se consolida nos séculos XVIII e XIX em alguns países europeus, e do estado burguês, tendo como único objetivo a conquista do poder, seja ela através do processo eleitoral (democracia-representativa) ou do golpe de estado (ditadura). Na sociedade moderna, o partido político vem sofrendo um processo de fetichização tão intenso que passou a ser encarado como valor universal e um fim em si mesmo, o único meio no qual os homens garantem o exercício da prática política. Pois,

ao mesmo tempo que o partido se tornou o principal meio de acesso ao poder político, no âmbito cultural, as representações sobre o partido fazem dele o principal meio de participação política. Isto se deve a um conjunto de crenças que pretendem o monopólio da política pelo Estado, que passa a ser entendido como a instância política máxima, e o monopólio da participação política pelo partido, como o lugar principal para quem pretende interferir na política (Saddi, 2007).

Mas afinal de contas, o que é um partido político? Segundo Nildo Viana, “os partidos políticos são organizações burocráticas que visam legitimar esta luta pelo poder através

da ideologia da representação e expressam os interesses de uma ou outra classe ou fração de classes existentes (2003; 12). Portanto, sendo os partidos políticos organizações burocráticas, esses são definidos pela relação “dirigente-dirigidos” que tem como meta se organizar da melhor forma possível no intuito de obter resultados eficientes e positivos em função da sua única razão de ser: conquistar o poder do estado e reproduzir as relações de produção e exploração burguesa.

Mas esses resultados eficientes e positivos que os partidos políticos tanto necessitam obter só são possíveis devido ao fato dos mesmos se tornarem organizações burocráticas, e estas, além de se concretizarem através da burocracia partidária possuem também outras burocracias como por exemplo a burocracia sindical, universitária etc.

A burocracia partidária que, sem dúvida é a principal dentro de um partido, tem como objetivo maior a conquista do poder. Na democracia representativa isto só se torna possível a partir do momento que a mesma consegue apoio e consequentemente o voto da grande maioria formada pelas classes subalternas. Mas, se a burocracia partidária além de almejar o poder pretender também reproduzir as relações de produção capitalista, tornará possível a afirmação de que tal burocracia representa os interesses das classes minoritárias, ou seja, as classes dominantes, assim sendo, como é possível que tais classes obtenham apoio da maioria?

Não resta dúvida que o estado tem um caráter de classe e desta forma os partidos que anseiam a conquista do poder possuem também essa mesma característica. O que as classes dominantes fazem é a apresentação e a inculcação de seus valores costumes e ideologias como se fossem universais e assim esse “pacote-ideológico” é repassado para as classes subalternas que vêem nos discursos políticos dos partidos em época de eleição as soluções para os seus problemas sejam eles de ordem econômica ou social. Desta forma, as classes dominantes conseguem o apoio da maioria apesar de na verdade gerirem o sistema

capitalista, beneficiando apenas uma pequena parcela da população.

Os partidos políticos tais como são apresentados nas sociedades modernas, representam, como vimos, interesses de determinada classe social, portanto ao conquistar o poder, agem no intuito de manter tais interesses acima de tudo, preservando as relações de produção existentes.

Mas o que dizer então dos partidos que pretendem representar os interesses do proletariado como o partido bolchevique e o partido socialista? Tal representação seria possível na democracia-representativa, conhecida também como democracia burguesa? É possível que partidos políticos representem o proletariado ao pretenderem gerir a ordem burguesa?

Mais do que tentar responder tais questionamentos, o que se pretende aqui é mais uma vez demonstrar o que representam os partidos políticos na sociedade moderna que procura impor e impõe a democracia (burguesa e partidária) como valor universal. E isso independe da nomeação que o partido carregue em sua sigla (Ex. PT partido dos trabalhadores etc.).

Desta maneira, ao se burocratarem para atingirem maior eficiência na disputa pelo poder, e ao atingirem o poder, “Os representantes do povo (...) cercam incessantemente suas posições com novas trincheiras defensivas, até conseguirem se libertar por completo do controle popular. É um ciclo natural percorrido por todo representante: oriundo do povo ele acaba por cima do povo” (Michels, 1982, p. 24).

Além do que foi dito anteriormente Viana (2003) faz uma abordagem crítica e sistemática acerca do assunto a partir de questionamentos como o que seria um partido político, bem como, suas classificações: partidos burgueses e social-democratas, lembrando que estes são considerados por muitos pesquisadores como sendo modelo de partido político. Diante do que apresentamos até aqui, surge a seguinte pergunta: De que forma a extensão do direito ao voto apesar de se apresentar como sendo uma vitória de todos serviu na verdade para concretizar a manutenção das classes dominantes no poder?

A história da democracia partidária foi surgindo de maneira bastante gradual e concomitante à extensão do direito ao voto que ocorreu simultaneamente à formação

dos partidos políticos. O sistema partidário nasceu com o intuito de obstacularizar a participação das massas na política, pois todo indivíduo que queira exercer sua participação política através da democracia-representativa deve se enquadrar nas exigências do sistema burocrático partidário que estipula que nenhum indivíduo pode se candidatar caso não seja filiado a um partido. Tal atitude ocorre pois o estado acaba por institucionalizar as lutas de classes e conseqüentemente abafá-las. Sendo assim, percebe-se que a democracia representativa e partidária passa a ser o principal instrumento utilizado para tais fins.

Desta forma os partidos políticos exercem a função de controlar a participação dos indivíduos no processo eleitoral, pois os eleitores só podem votar em candidatos previamente escolhidos por algum partido, portanto, o voto se torna algo direcionado aos interesses de quem controla as relações de produção, ou seja, existe uma verdadeira ilusão acerca do sufrágio universal. “O sistema eleitoral expandiu o direito de voto, mas, ao mesmo tempo, criou novas instituições representativas para realizar uma mediação burocrática entre eleitores e estado.” (Viana, 2003, p. 50)

A partir dessa idéia podemos perceber que o sistema eleitoral não se traduz como um elo entre eleitor e eleito, mas sim um intermediário que se mostra da seguinte maneira: “eleitor-sistema-partidário-eleito.” O eleitor escolhe apenas o candidato aprovado pela burocracia partidária, portanto, tal escolha é controlada pelos interesses da classe dominante.

Os partidos políticos como o conhecemos hoje possuem características inconfundíveis e sempre presentes no processo eleitoral. Quando assistimos ao horário eleitoral gratuito não é muito difícil percebermos que os partidos ao mesmo tempo em que simulam, também dissimulam a fim de convencer os eleitores das mais diversas camadas sociais. Em outras palavras, quando um partido se passa por representante do povo, na verdade ele está fingindo ou criando uma realidade inexistente (está simulando). Mas não para por aí, pois além da simulação os partidos também utilizam sem nenhum problema o método da dissimulação. Nesse caso ocorre a ocultação do real interesse do partido que seria manter a exploração da maioria trabalhadora.

Outra característica dos partidos políticos é o discurso da representação, onde entra como elemento principal o processo de simulação-dissimulação como foi dito anteriormente. A idéia da representatividade é expressa na ocultação da realidade, pois na verdade ninguém representa o outro, os grupos partidários buscam a conquista do poder estatal, como vimos, a fim de favorecer determinada classe social que anseia ter em suas mãos o controle das relações de produção e também a sua ascensão ou permanência enquanto classe dominante.

Além do processo de simulação-dissimulação e do discurso da representatividade na busca pelo poder estatal, o partido necessita ser uma organização burocrática, pois isso também se faz necessário para que seus objetivos sejam alcançados, como já vimos a burocracia se caracteriza por ser a relação existente entre dirigentes e dirigidos e isso se dá tanto no processo eleitoral através da burocracia

Prova disso é que os operários inteligentes e honestos são colocados por muitos chefes à margem da organização, dessa forma, os capitalistas têm essas pessoas completamente nas mãos. Na sua qualidade de novos ricos sem instrução, os chefes operários são particularmente sensíveis à bajulação.

É um fato notório que, nos partidos democráticos atuais, os vastos conflitos de opiniões desenrolam cada vez menos sobre o terreno das idéias com as armas puras da teoria e se degeneram rapidamente em ataques pessoais.

Os esforços tentados para estender um piedoso véu sobre as discórdias que dividem o partido constituem a inevitável conseqüência da organização dirigida segundo princípios burocráticos: seu principal objetivo consistindo em arregimentar no partido o maior número possível de membros e considerar qualquer luta pelas idéias que surgem no seu partido como barreira à realização dos seus fins, isto é como um obstáculo que deve ser evitado por todos os meios possíveis.

#### Referências Bibliográficas

- DUVERGER, Maurice. *Os Partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UNB, 1982.
- SADDI, Rafael. Através do poder: resenha do livro de Nildo Viana "O que são partidos políticos?" *Humanidades em foco: revista de ciência, educação e cultura*. Disponível em: [http://terra.cefetgo.br/cienciashumanas/humanidades\\_foco/anteriores/humanidades\\_2/html/resenhas\\_partidospoliticos.htm](http://terra.cefetgo.br/cienciashumanas/humanidades_foco/anteriores/humanidades_2/html/resenhas_partidospoliticos.htm). Acesso: 05/12/2007.
- VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania. A Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.
- VIANA, Nildo. *O Que São Partidos Políticos?* Goiânia: Edições Germinal, 2003.

partidária como após a vitória nas eleições. Em outras palavras, a burocracia dos partidos após lograr êxito no pleito eleitoral, remete grande parte de seus integrantes para a burocracia estatal através da distribuição de cargos.

Aqui se falou em burocracia que significa a relação dirigentes-dirigidos e esses dirigentes possuem interesse na manutenção do *status quo* em que vivem os operários, pois assim, continuará existindo razões para que o proletariado possua representantes e que os mesmos continuem a viver e desfrutar de todos os privilégios que a democracia representativa oferece. Pois no fundo todas as idéias dos chefes burocratas burgueses se concentram agora num só desejo: que exista ainda durante muito tempo um proletariado que os represente e que os faça viver. Mas e os dirigentes operários e particularmente os líderes dos sindicatos profissionais? Bom, tais burocratas só vêem nas suas funções um degrau para a sua elevação pessoal.

Em suma, percebemos que o objetivo final dos partidos políticos é a conquista do poder estatal em nome de uma determinada classe, seja ela burguesa ou operária, pelas vias parlamentares ou insurrecionais e para se chegar a tal objetivo os partidos precisam cumprir alguns requisitos que se mostram indispensáveis: serem organizações burocráticas, difundirem a idéia da representação, cumprirem os ditames da justiça eleitoral e acima de tudo aceitarem que o estado é realmente necessário para que a sociedade possa existir, pois nenhum partido deseja fazer a ruptura que dê fim ao aparelho estatal tal como defendem os marxistas libertários e os anarquistas. Desta forma podemos entender que Revolução e Partido Político são termos distantes e contraditórios pois a revolução proletária não faz parte da lógica de nenhum partido político.

## A REVOLUÇÃO RUSSA

*Maurício Brinton*

Durante os últimos cinquenta anos, todas as organizações existentes da esquerda elaboraram uma verdadeira mitologia (e uma anti-mitologia igualmente suspeita) a respeito da revolução russa. Os social-democratas, fetichistas do parlamentarismo, consideram que "o fracasso do bolchevismo" reside na sua "prática antidemocrática". O pecado original, para eles, foi a dissolução da Assembléia Constituinte. O pretenso movimento "comunista" (estalinistas, trotsquistas, maoistas, etc.) fala com orgulho filial da "Gloriosa Revolução Socialista de Outubro". Procuram todos elogiar e popularizar as suas primeiras conquistas, apesar de terem opiniões divergentes sobre o que depois aconteceu - quando, porquê e a quem. Para numerosos anarquistas, o fato de que o Estado, ou o "poder político" não tivesse sido imediatamente "abolido" prova, de modo suficiente e irrefutável, que nada aconteceu de realmente importante<sup>1</sup>. O SPGB<sup>2</sup> extrai mais ou menos a mesma conclusão, mas atribui-a ao fato de não ter sido abolido o salariado, não tendo a maioria da população russa tido o privilégio de conhecer o ponto de vista do SPGB (tal como era expresso por porta-vozes devidamente mandatados pelo seu Comitê Executivo), e não tendo por isso procurado conquistar uma maioria

parlamentar no seio das instituições russas então existentes.

De todos os lados, todos procuram utilizar a Revolução Russa em função da sua própria propaganda, retendo dela apenas os aspectos que parecem conciliar-se com determinada análise particular da história, ou com uma perspectiva particular para o presente. Tudo o que era novo, tudo o que parecia contradizer as teorias do momento ou destruir categorias bem estabelecidas, foi sistematicamente "esquecido", minimizado, deformado, negado.

Qualquer tentativa de reavaliação da experiência crucial de 1917-1921 está condenada a suscitar oposições. Os primeiros a reagir serão os "apparatchiks" que, durante anos, se esforçaram por proteger as organizações "revolucionárias" (e a ideologia "revolucionária") contra a dupla ameaça da subversão e da renovação. No entanto, surgirão resistências também no espírito de muitos militantes honestos, que buscam a via da verdadeira política revolucionária. Não se trata aqui de uma simples resistência psicológica, mas de fenômenos muito mais profundos, e não basta evocar a função reacionária e a influência das "instâncias dirigentes" para os explicar de modo satisfatório. Se é difícil para o militante médio perceber plenamente o que estava em jogo em alguns dos problemas que surgiram nos primeiros momentos da Revolução Russa, é porque esses problemas contam-se entre os mais difíceis e os mais importantes (senão mesmo os mais difíceis e os mais importantes) a que a classe operária jamais se viu confrontada. A classe operária fez uma revolução que foi além de uma simples mudança de pessoal político na cúpula. Ela foi capaz de expropriar os antigos proprietários dos meios de produção (modificando dessa forma profundamente as relações de propriedade). Mas até que ponto foi ela capaz de - ou

---

<sup>1</sup> Pode encontrar-se um exemplo desse gênero de análise simplificada do destino da revolução russa no livro de Voline, *La Révolution inconnue* [A Revolução desconhecida], Paris, 1947, reed. P. Belfond, Paris, 1970. "O partido bolchevique, uma vez no poder, transformou-se em senhor absoluto. A corrupção atingiu-o rapidamente. Organizou-se a si mesmo como casta privilegiada. E mais tarde, esmagou e submeteu a classe operária para a explorar, sob novas formas, e de acordo com os seus interesses particulares".

<sup>2</sup> Partido Socialista da Grã-Bretanha. Trata-se de fato, apesar desse nome, de uma pequena organização derivada de uma das primeiras organizações socialistas inglesas do fim do séc. XIX, que tem pouco de comum com as grandes organizações social-democratas do continente.

estava ela disposta a - transformar de modo revolucionário as relações de produção? Procurou ela destruir a estrutura de autoridade que as relações de produção mantêm e perpetuam em todas as sociedades de classes? Até que ponto estava disposta a gerir ela própria a produção (e portanto a sociedade no seu conjunto) ou até que ponto tendia ela antes a delegar a outros essa tarefa? E até que ponto a ideologia dominante triunfou, pressionando a classe operária a substituir os seus inimigos confessos por um partido que declarava falar "em seu nome"?

Responder a essas interrogações é uma tarefa importante, mas difícil. Um dos perigos que ameaça quem procure analisar sem preconceito o "período heróico da Revolução russa" é o da "identificação retrospectiva" com esta ou aquela tendência ou indivíduo que atuava na cena política (Osinsky, Kollontai, Maximov, Makhno ou Miasnikov, por exemplo). Isso é um passatempo político sem interesse, no qual depressa os revolucionários se surpreendem a formular este gênero de interrogações: "Que deveria fazer-se neste ou naquele momento?"; "esta ou aquela ação seria prematura?"; "quem tinha razão neste ou naquele Congresso?"; em vez de procurar compreender o curso dos acontecimentos nas suas grandes linhas (pesquisa essa, sim, provida de sentido). Temos esperança de ter conseguido evitar esse percalço. Quando, por exemplo, estudamos a luta da Oposição Operária contra os dirigentes do Partido (em 1920 e em 1921), para nós não se trata de "tomar partido". Trata-se de compreender o que representavam realmente as forças em conflito e quais eram, por exemplo, as motivações (e os limites ideológicos e outros) daqueles que pareciam opor-se à tendência para a burocratização de todos os aspectos da vida social. Outro perigo (ou o mesmo, sob outro aspecto) ameaça aquelas que se aventuram pela primeira vez nesse terreno, e que não conseguem escapar à mitologia oficial: permanecer prisioneiros da lenda mesma que procuram destruir. Aqueles, por exemplo, que procuram "demolir" Stalin (ou Trotski, ou Lenin) podem realizar com êxito o seu objetivo imediato. Mas pode acontecer que eles "tenham êxito" com e condição de não

discernir, nem mencionar, os traços mais fundamentalmente novos deste período: a ação autônoma da classe operária em busca de transformar totalmente as condições da sua existência. Esperamos também ter evitado essa armadilha. Se citamos demoradamente as declarações de certas personalidades foi apenas na medida em que resumem bastante bem as ideologias que, num dado momento da história, orientavam as ações e os pensamentos dos homens. Ao longo desta narrativa, sentimos que a única maneira de tratar seriamente aquilo que diziam ou faziam os bolcheviques era explicar a função que socialmente desempenharam as suas declarações e os seus atos.

Tentemos agora expor as nossas próprias premissas metodológicas. Acreditamos que as "relações de produção" - as relações que se estabelecem entre as pessoas ou os grupos no processo da produção dos bens - são os fundamentos essenciais de qualquer sociedade. Um determinado tipo de relações de produção é o denominador comum de todas as sociedades de classes. É aquele no qual o produtor não domina os meios de produção mas é, pelo contrário, simultaneamente "separado deles" e dos produtos do seu trabalho. Em todas as sociedades de classes, os produtores estão subordinados aos que dirigem o processo de produção. A gestão operária da produção - que implica o total domínio dos produtores sobre o processo de produção - não é para nós uma questão secundária. É o próprio núcleo da nossa política. É o único meio que permite superar as relações autoritárias (dirigentes-executantes) na produção e criar uma sociedade livre, comunista ou anarquista.

Acreditamos também que os meios de produção podem passar para outras mãos (por exemplo para as de uma burocracia que se apropria deles coletivamente) **sem por isso transformar de modo revolucionário as relações de produção.** Nessas condições - e seja qual for a forma de propriedade - a sociedade permanece uma sociedade de classes, pois a produção é sempre dirigida por uma instância outra que não os próprios produtores. As relações de propriedade, por outras palavras, não refletem necessariamente as relações de

produção. Podem servir para mascara-las e, de fato, desempenham freqüentemente esse papel<sup>3</sup>.

Muitos são os que perfilham estas concepções. Mas o que até agora nunca se tentou, no entanto, foi aplicar esse quadro conceptual global à história da Revolução Russa. Aqui, temos que nos limitar a enunciar as grandes linhas dessa abordagem<sup>4</sup>. Vista deste ângulo, a Revolução russa representa uma tentativa, infrutífera, da classe operária russa, para destruir relações de produção que se tornavam cada vez mais opressivas. O enorme levante de 1917 pôde destruir a supremacia política da burguesia (destruindo a base econômica na qual ela assentava: a apropriação privada dos meios de produção). Modificou o sistema existente das relações de propriedade. Mas não conseguiu (a despeito de esforços heróicos nesse sentido) transformar as relações de produção autoritárias que caracterizam todas as sociedades de classes. Certas frações da classe operária (as mais ativas no movimento de Comitês de fábrica) tentaram decerto inflectir a Revolução nessa direção. Mas a sua tentativa gorou-se. É importante analisar as causas dessa derrota, e ver de que modo novos senhores substituíram os antigos.

---

<sup>3</sup> Para uma discussão mais completa desse conceito - e de todas as suas implicações, ver: "As relações de produção na Rússia" de P. Chaulieu [C. Castoriadis] no n.º 2 da revista Socialisme ou Barbarie (Maio-Junho de 1949) [republicado em C. Castoriadis, La Société Bureaucratique, 1, Les rapports de production en Russie, Paris, U.E.G., "10/18", 1973, p. 206-281]. Se bem que a idéia possa surpreender muitos "marxistas", ela tinha sido já expressa por Engels: Numa carta a Schmidt de 27 de outubro de 1890, escrevia ele: "Num Estado moderno, é preciso não apenas que o direito corresponda à situação econômica geral e seja sua expressão, mas ainda que ele possua a sua coerência interna e não traga em si mesmo a sua condenação devido às suas contradições internas. E o preço dessa criação é que a fidelidade do reflexo das relações econômicas se desvanece cada vez mais (...). O reflexo das relações econômicas sob forma de princípios jurídicos tem necessariamente também por resultado colocar as coisas de cabeça para baixo (...)" (Marx-Engels, Lettres sur "Le Capital", Editions Sociales, p. 369-370).

<sup>4</sup> Que essa análise é possível é o que parece mostrar-nos uma curta mas excelente brochura de J. Barrot, "Notas para uma análise da revolução Russa", tradução portuguesa de José Pais, Lisboa 1972.

Quais eram as forças que se ergueram contra aquelas que buscavam uma transformação total das condições de vida na produção? Houve primeiramente, é claro, a burguesia. A burguesia tinha **tudo** a perder nessa subversão social total. Se a gestão operária levava a melhor, ela perderia, não apenas **a propriedade** dos meios de produção, mas também a possibilidade de conservar **posições privilegiadas**, quer na qualidade de "especialistas", quer em postos de direção. Não é de espantar que a burguesia se tenha sentido aliviada quando se apercebeu de que os dirigentes da Revolução "não iriam mais longe do que a nacionalização" e que faziam questão de manter intatas as relações dirigentes-executantes na indústria e alhures. É verdade que uma parte importante da burguesia lutou desesperadamente para reconquistar a sua propriedade perdida. A Guerra Civil foi sangrenta, e demorada. Mas milhares de pessoas que, pela sua cultura e tradições, estavam mais ou menos ligadas à burguesia expropriada, encontraram a oportunidade de penetrar na "fortaleza revolucionária" - pela porta dos fundos - e de retomar a sua função de dirigentes do processo do trabalho do "Estado Operário". Agarraram avidamente essa oportunidade inesperada. Em peso, aderiram ao Partido, ou decidiram cooperar com ele, aplaudindo cingidamente cada frase de Lenin ou Trotski sobre a "disciplina do trabalho" ou sobre a "direção por um único homem". Em breve, foram nomeados em grande número (pela cúpula) para os postos dirigentes da economia. Fundindo-se muito rapidamente com a nova "elite" político-administrativa, de que o próprio Partido formava o núcleo, os setores mais "esclarecidos" e mais competentes tecnicamente da classe expropriada retomaram rapidamente posições dominantes nas relações de produção.

Em segundo lugar, o Movimento dos Comitês de Fábricas tinha que defrontar as tendências abertamente hostis da "esquerda", como os mencheviques. Os mencheviques repetiam incansavelmente que a Revolução tinha que ser democrático-burguesa, e que portanto as tentativas de gestão da produção pelos trabalhadores não poderiam ter futuro. Todos esses esforços foram denunciados como "anarquistas" e



"utópicos". Em certos lugares, os mencheviques foram efetivamente um sério obstáculo para o Movimento dos Comitês de Fábricas; mas a oposição deles era antecipada, e foi uma oposição de princípio e permanente. Em terceiro lugar, a atitude dos bolcheviques - a qual foi muito mais ambígua e desconcertante: entre Março e Outubro, os bolcheviques apoiaram o desenvolvimento dos Comitês de Fábricas, mas foi para se voltarem violentamente contra eles nas últimas semanas de 1917, tentando integrá-los em novas estruturas sindicais, o que era o melhor meio de castrá-los. Esse processo devia desempenhar um papel importante, impedindo a luta crescente contra as relações de produção capitalistas de alcançar o seu objetivo. De fato, os bolcheviques canalizaram as energias libertadas entre Março e Outubro para um ataque bem sucedido contra o poder político da burguesia (e contra as relações de propriedade nas quais estava baseado). A esse nível, a revolução foi "vitoriosa". Mas os bolcheviques foram também "vitoriosos" ao restaurar "a lei e a ordem" na indústria - lei e ordem que reconsolidavam as relações autoritárias de produção, que durante um breve período tinham sido seriamente abaladas.

Por que razão agiu o Partido desse modo? Para responder a essa pergunta, ser-nos-ia necessário fazer uma análise muito mais completa do Partido bolchevique e das suas relações com a classe operária do que a que nos é possível fazer aqui. Uma vez mais, seria necessário que nos afastássemos simultaneamente da mitologia ("O grande Partido bolchevique"; "a arma forjada por Lenin"; "o ferro de lança da Revolução") e da anti-mitologia (o Partido como encarnação do "totalitarismo", do "militarismo", da "burocracia", etc.), e procurar constantemente compreender em vez de delirar ou de fulminar. A um nível superficial, a ideologia e a prática do Partido estavam estreitamente ligadas às circunstâncias históricas específicas da Rússia czarista, na primeira década deste século. A clandestinidade e a perseguição explicam parcialmente (se bem que a não justifiquem) a estrutura organizativa do Partido e a sua concepção das relações com a

classe<sup>5</sup>. O que é mais difícil de compreender é a ingenuidade dos dirigentes bolcheviques, que pareciam não se aperceberem das conseqüências que devia ter fatalmente esse tipo de organização e esse tipo de relações com e classe na história ulterior do Partido.

Um porta-voz da ortodoxia bolchevique tão importante como Trotski podia escrever a respeito dos primeiros momentos da história do Partido: "já se tinham formado rotinas de aparelho na ilegalidade. Desenhava-se um tipo de jovem burocrata. As condições da conspiração limitavam estreitamente, é verdade, as formas da democracia (eleições, controle, mandatos), mas não se pode negar que os membros dos comitês tinham feito recuar, mais do que o necessário, os limites da democracia interior e se tinham mostrado mais rigorosos para com os operários revolucionários do que para com eles próprios, preferindo dar ordens mesmo quando teria sido aconselhável escutar as massas." Kroupskaia observa que nos comitês bolcheviques, tal como nos congressos, quase não havia operários. Os intelectuais predominavam. "O membro do comitê, escreve Kroupskaia, era habitualmente um homem cheio de certezas... Regra geral, o 'comitard' não admitia nenhuma democracia no interior do Partido... além disso, o 'comitard' não admitia as inovações... ele não sabia, e não queria adaptar-se a circunstâncias rapidamente mutáveis"<sup>6</sup>.

Começaram-se a sentir as conseqüências disso quando dos acontecimentos de 1905. Em numerosos lugares constituíram-se soviets. "O comitê bolchevique de Petersburg começou por se espantar com a inovação da representação das massas em luta independentemente dos Partidos e a melhor coisa que me ocorreu foi dirigir um ultimato ao soviete: adotar

<sup>5</sup> Que surgem da modo explícito na teoria (Que fazer? e Um passo a frente dois passos atrás, de Lenin) e na prática do bolchevismo, de 1901 a 1917.

<sup>6</sup> L. Trotsky, Stalin, Grasset, pp 82-88. Trata-se do Terceiro Congresso do Partido (25 de abril - 10 de maio de 1905). [Ver a esse respeito a análise de Claude Lefort "A contradição de Trotsky e o problema revolucionário", Les temps Modernes, 39, Dez. 1948 - Jan. 1949, republicado em *Éléments d'une critique de la bureaucratie*, Genebra, Droz, 1971, pp 11-29].

imediatamente o programa social-democrata ou dissolver-se. O soviete de Petersburg e com ele os operários bolcheviques que incluía, passaram adiante sem pestanejar"<sup>7</sup>. Broué, um dos mais hábeis defensores do bolchevismo, vê-se obrigado a escrever que "aqueles que no Partido bolchevique eram mais favoráveis aos sovietes viam unicamente neles, e no melhor dos casos, auxiliares do Partido (...) Só tardiamente compreenderam a função que poderiam desempenhar, o interesse que representavam para aumentar neles a sua influência e neles lutar pela direção das massas"<sup>8</sup>. O problema resume-se com perfeição neste incidente. Os quadros bolcheviques consideravam-se como dirigentes da Revolução: qualquer movimento não lançado por eles ou exterior ao seu controle parecia-lhes sistematicamente suspeito<sup>9</sup>. Disse-se frequentemente que os bolcheviques se "surprenderam" com a criação de sovietes:

esse eufemismo não deve enganar-nos. A reação dos bolcheviques foi muito mais do que uma simples "surpresa". Refletia toda uma concepção da luta revolucionária, toda uma concepção das relações entre trabalhadores e revolucionários; e a **ação** das massas russas, desde 1905, tinha mostrado que essas concepções estavam já ultrapassadas.

A separação entre os bolcheviques e as massas viria a surgir em várias ocasiões em 1917. Isso foi antes de mais evidente durante a revolução de fevereiro, depois na época das "Teses de Abril", e uma vez mais na época dos Dias de Julho<sup>10</sup>. Em várias ocasiões se admitiu que o Partido cometeu "erros" em 1905 e em 1917. Mas essa "explicação" nada explica. O que

deveria perguntar-se era: como foram possíveis esses "erros"? E só é possível responder a essa interrogação se se compreende o tipo de trabalho realizado pelos quadros do Partido, desde a sua criação até à época da Revolução. Resultado das condições particulares da luta contra o czarismo, e das suas próprias concepções organizativas, os dirigentes do Partido (do Comitê Central aos responsáveis dos grupos locais) encontravam-se numa situação que apenas lhes permitia laços muito pouco estreitos com o movimento operário real. "Um verdadeiro agitador, escrevia Lenin, que demonstre algum talento, ou que pelo menos promete vir a tê-lo, não deve trabalhar na fábrica, consideramos que ele deve viver sustentado pelo Partido... e passar para a clandestinidade"<sup>11</sup>. Não espanta nessas condições que os poucos quadros bolcheviques de origem operária tenham perdido rapidamente qualquer contato real com a sua classe.

O partido bolchevique estava dilacerado por uma contradição que permite compreender melhor a sua atitude antes e depois de 1917<sup>12</sup>. A sua verdadeira força residia nos trabalhadores avançados que o apoiavam. É inegável que esse apoio foi por vezes numericamente importante, e sincero. Mas esses trabalhadores não controlavam o Partido: os revolucionários profissionais detinham firmemente a direção nas mãos. Em certo sentido, era inevitável. A fabricação de uma imprensa clandestina e a difusão da propaganda só podiam ser asseguradas com regularidade por militantes constantemente em movimento, e por vezes obrigados a refugiar-se no estrangeiro. Um trabalhador só podia tornar-se dirigente bolchevique com a condição de deixar de trabalhar e de se colocar à disposição do Partido, que podia então enviá-lo em missão especial para qualquer cidade. O aparelho do partido estava nas mãos de especialistas da revolução. A contradição era esta: as forças vivas, reais, das quais provinha a força do Partido, não podiam controlá-lo. Na qualidade de instituição, o Partido escapava totalmente ao controle da classe operária russa. Os problemas que teve de defrontar a

<sup>7</sup> L. Trotsky, *ibid.*, p.95.

<sup>8</sup> P. Broué, *Le parti bolchévique*, Editions de Minuit, Paris, 1963, p. 35.

<sup>9</sup> A mesma atitude encontrar-se-ia no próprio interior do Partido. Como aconteceu a Trotsky escrever, desta vez aprovando: "os estatutos deviam exprimir a 'desconfiança organizada da direção', uma desconfiança que se manifestava por um controle vigilante da cúpula sobre o partido." (I. Deutscher, *Le Prophète Armé*, [1954], tr. fr. Julliard, Paris 1962 p. 115).

<sup>10</sup> Não, não dizemos que a derrubada militar do governo provisório era possível em julho. Observamos apenas que o partido estava longe de compreender o que queriam realmente as massas.

<sup>11</sup> Lenin, *Sochineniya*, IV, 441.

<sup>12</sup> ler novamente C. Lefort, *ibid.*

Revolução russa após 1917 não resolveram essa contradição, mas exacerbaram-na ainda mais. A atitude do Partido em 1917, e depois, é produto da sua história. Foi isso que tornou vãs as tentativas, no interior do Partido, das diversas oposições de 1918-1921. Elas não compreenderam que uma premissa ideológica determinada (o postulado da hegemonia do Partido) implicava necessariamente determinadas conclusões na prática. Mas é provável que este gênero de análise não vá suficientemente longe. A um nível mais profundo, a própria concepção desse tipo de organização e esse tipo de relação com o movimento de massas reflete a influência não reconhecida da ideologia burguesa, naqueles mesmos que procuravam tenazmente destruir a sociedade burguesa. A concepção que garante que a sociedade tem obrigatoriamente que estar dividida em "dirigentes" e "executantes", a idéia segundo a qual certas pessoas nasceram para dominar e outras não podem realmente desenvolver-se para além de um certo limite, foi, desde tempos imemoriais, o postulado tácito de qualquer classe dominante. Que os próprios bolcheviques a tenham ao fim e ao cabo aceito mostra mais uma vez a que ponto Marx tinha razão ao declarar que "as idéias dominantes de cada época são as idéias da classe dominante". Face a uma organização tão "eficaz", tão sólida, assentada em idéias desse gênero, não surpreende que os Comitês de Fábrica nascidos em 1917 não tenham sido capazes de levar a Revolução até o fim.

O último obstáculo que tiveram que defrontar os Comitês era inerente ao próprio movimento dos Comitês. Se bem que determinados indivíduos tenham dado provas de uma extraordinária lucidez, e se bem que o movimento tenha representado a mais alta manifestação da luta de classes em 1917, o movimento no seu conjunto não conseguiu compreender o que lhe acontecia, nem oferecer uma resistência séria. Não conseguiu generalizar a sua experiência, e o testemunho que dela deixou é infelizmente muito fragmentário. Incapaz de formular publicamente os seus próprios objetivos (a autogestão) em termos claros e positivos, era inevitável que outros tirassem partido desse vazio. Com uma burguesia em plena desintegração e uma classe operária insuficientemente forte e consciente para

impor as suas **próprias** soluções aos problemas que dividiam a sociedade, o triunfo, tanto do bolchevismo como da burocracia, estava garantido.

A análise da Revolução russa mostra bem que, se a classe operária permite a um grupo específico, separado dos próprios trabalhadores, tomar em mãos a gestão da produção, ela perde também todas as possibilidades de controlar ela própria os meios de produção. O resultado da separação do trabalho produtivo e dos meios de produção é uma sociedade de exploração. E quando os simples trabalhadores já não têm influência em instituições como os Soviets, de nada serve chamar a esse regime "soviético". Esforço algum de imaginação pode fazê-lo considerar reflexo dos interesses da classe operária. A questão fundamental: **quem gere a produção após o derrube da burguesia? deveria pois tornar-se de agora em diante o centro de qualquer discussão séria sobre o socialismo.** Hoje, a velha equação (liquidação da burguesia = Estado operário) popularizada por inúmeros leninistas, estalinistas e trotsquistas, é totalmente insuficiente.

Em 1917, os trabalhadores criaram órgãos (Comitês de Fábrica e Soviets) que deviam garantir a gestão da sociedade pelos próprios trabalhadores. Mas os Soviets passaram para as mãos dos funcionários bolcheviques. Um aparelho de Estado, separado das massas, reconstituiu-se rapidamente. Os trabalhadores russos não conseguiram criar novas instituições que lhes permitissem gerir tanto a produção como a vida social. Essa tarefa foi por conseguinte assumida por outros, por um grupo para quem essa gestão se tornou função específica. A burocracia organizava o processo do trabalho num país no qual ela era igualmente senhora das instituições políticas.

Tudo isto exige uma séria reavaliação de várias noções fundamentais. O "poder dos trabalhadores" não pode ser identificado ou assimilado ao poder do Partido, coisa que constantemente fizeram os bolcheviques. Como dizia Rosa Luxemburgo, o poder operário será obra da classe operária e não de uma minoria que atue em nome da classe. Deve ser a emanção do empenhamento ativo dos trabalhadores, permanecer sob sua influência

direta, estar submetido ao controle do conjunto da população, ser consequência da consciência política crescente do povo. Igualmente, a noção de "tomada do poder" não pode designar - como acontece claramente com todos aqueles que pensam ainda viver na Petrogrado de 1917 - um **putsch** semi-militar, fomentado por uma minoria. Também não pode representar unicamente a defesa - mesmo sendo esta evidentemente necessária - das posições

ganhas pela classe operária contra as tentativas da burguesia para as reconquistar. O que a "tomada do poder" implica realmente é que a grande maioria da classe operária compreenda finalmente com clareza a sua capacidade de gestão da produção e da sociedade - e se organize com essa finalidade.

---

Este artigo é a introdução ao livro *Os Bolcheviques e o Controle Operário*, extraído de: <http://www.geocities.com/autonomiabr>